

3.2

O Cacique Domingos
e a luta da terra (1984-1993) —
análise de um drama social

Estêvão Palitot — PPGA | UFPB

RESUMEN

En este artículo abordaremos la biografía del cacique Domingos Henrique, líder de la aldea Potiguara Jacaré de São Domingos, en Paraíba. Para ello, analizaremos en detalle el proceso jurídico-administrativo de demarcación de la Tierra Indígena Jacaré de São Domingos. Utilizando el concepto de Drama Social propuesto por Victor Turner, analizamos los hechos ocurridos entre 1984 y 1993 como una fase dentro de un proceso social más amplio que alteró por completo la organización sociopolítica de la aldea, reorientó los alineamientos étnicos, impulsó un nuevo conjunto de prácticas y símbolos, estableció un nuevo liderazgo y vinculó definitivamente el contexto de Jacaré al de los demás pueblos potiguara.

PALABRAS CLAVE

Cacique Domingos
Drama social
Conflicto de Tierras
Pueblo potiguara

RESUMO

Neste artigo tratamos da biografia do cacique Domingos Henrique, liderança da aldeia Potiguara Jacaré de São Domingos, na Paraíba. Para tanto, analisamos em detalhe o processo jurídico-administrativo de demarcação da Terra Indígena Jacaré de São Domingos. Fazendo uso do conceito de Drama Social proposto por Victor Turner, observamos os eventos ocorridos entre 1984 e 1993 como uma fase dentro de um processo social mais amplo e que alterou completamente a organização sociopolítica da aldeia, reorientou os alinhamentos étnicos, promoveu um novo conjunto de práticas e símbolos, consagrou uma nova liderança e vinculou definitivamente o contexto de Jacaré ao das demais aldeias Potiguara.

PALAVRAS-CHAVE

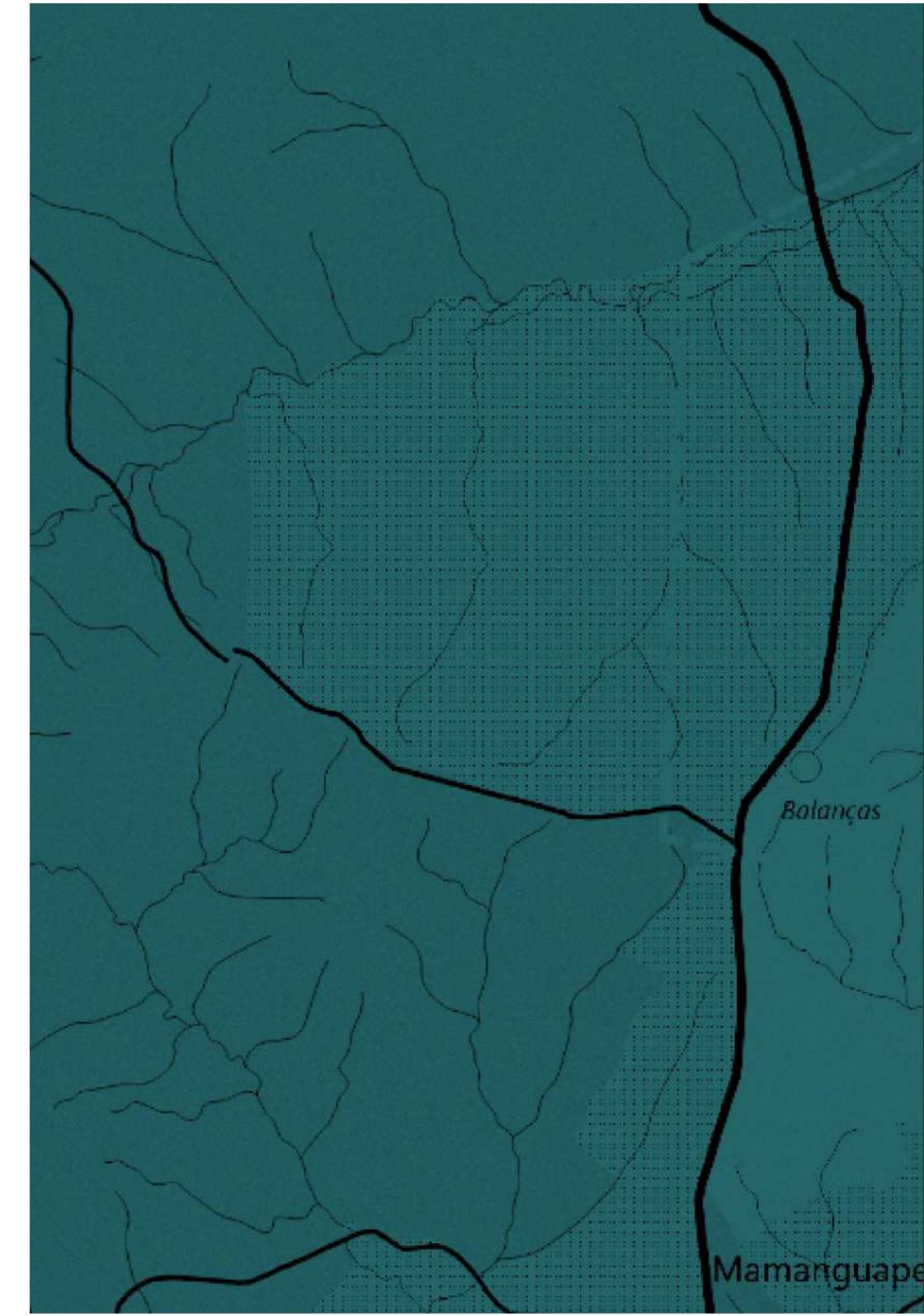
Cacique Domingos
Drama Social
Conflito Fundiário
Povo Potiguara

ABSTRACT

In this article we deal with the biography of Cacique Domingos Henrique, leader of the Potiguara village Jacaré de São Domingos, in Paraíba. To this end, we analyzed in detail the legal-administrative process of demarcation of the Jacaré de São Domingos Indigenous Land. Making use of the concept of Social Drama proposed by Victor Turner, we observe the events that occurred between 1984 and 1993 as a phase within a broader social process that completely altered the sociopolitical organization of the village, reoriented ethnic alignments, promoted a new set of practices and symbols, established a new leadership and definitively linked the context of Jacaré to that of the other Potiguara villages.

KEY WORDS

*Cacique Domingos
Social Drama
Land Struggle
Potiguara People*



introdução

Geralmente, as biografias são construções retroativas, elaboradas à medida que o presente demanda um olhar para o passado em busca de coerência ou justificação. Pensar a partir de noções como destino ou a concretização de projetos de vida cuidadosamente elaborados é ceder à tentação de ilusões narrativas lineares em que acaso, situações inesperadas e dilemas não têm muito espaço. O que ocorre é que são justamente os fatores alheios, os momentos difíceis e as escolhas cruciais que terminam por decidir a biografia de uma pessoa. Neste artigo, vamos analisar o processo através do qual a aldeia Jacaré de São Domingos adquiriu a sua configuração socioterritorial atual e constituiu o seu primeiro cacique: Domingos Barbosa dos Santos. Conhecido em sua comunidade como Domingos Henrique¹, ele não escolheu ou buscou o cargo de cacique. Ao invés disso, foi direcionado a ocupar esta posição em meio a uma sucessão de conflitos fundiários que envolviam, além do seu grupo de parentes, as demais aldeias do povo Potiguara na Paraíba. Tudo isso em um contexto de transformações econômicas movidas pela expansão da lavoura canavieira e no turbilhão das mudanças políticas do final da ditadura e da promulgação da Constituição de 1988. Logo, a biografia do cacique Domingos é inseparável dos processos pelos quais o seu grupo social estava passando. À vista desse cenário, resolvemos trazer a sua trajetória dentro destes contextos nos valendo dos recursos analíticos do drama social de Victor Turner (2008 [1971]).

¹ Por conta de seu pai Henrique Cândido Barbosa.

A LUTA DA TERRA COMO DRAMA SOCIAL

O povo indígena Potiguara é formado, atualmente, por 22 mil pessoas (IBGE, 2023), que habitam em três terras indígenas, numa extensão de 33.757 hectares: Potiguara (21.238 hectares), Jacaré de São Domingos (5.032 hectares) e Potiguara de Monte-Mór (7.487 hectares). Essas três terras se sobrepõem aos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, no litoral norte do estado da Paraíba, e têm como referenciais históricos os antigos aldeamentos missionários de São Miguel da Baía da Traição e Nossa Senhora dos

Prazeres de Monte-Mór, criados ainda no século XVII para a concentração e catequização da população indígena. O território dos Potiguara situa-se numa das regiões de mais antiga ocupação colonial do Brasil, atravessada por diferentes processos de territorialização (Oliveira, 2016).

Entre os anos de 1867 e 1868, as terras dos dois aldeamentos foram demarcadas por ordem do Governo Imperial. Neste processo, as terras de Monte-Mór foram subtraídas do domínio indígena sendo mais da metade do seu total destinadas à ocupação por proprietários locais e o restante loteado em pequenas posses de 21 hectares destinadas às famílias indígenas, que foram sendo

progressivamente alienadas nas décadas seguintes (Amorim, 1970; Baumann, 1981; Palitot, 2022).

Por volta de 1917, a Companhia de Tecidos Rio Tinto, dos irmãos Lundgren, se estabeleceu sobre as terras loteadas em Monte-Mór. Nessa época, a ideologia da decadência (Almeida, 2008) afirmava que apenas a moderna indústria de transformação, com amplos subsídios oficiais, poderia arrancar do “atraso” uma região onde a lavoura comercial estagnara. A atividade fabril da Companhia de Tecidos açambarcou as terras dos índios de Monte-Mór, drenou várzeas, consumiu florestas e mangues, deslocou populações e ergueu uma cidade-fábrica. Tudo

isso sob os signos da violência e do silenciamento das famílias locais e adventícias (Palitot, 2018). O urbano e o rural foram reconfigurados em função das necessidades do empreendimento industrial, que demandava uma série de insumos locais como a madeira, o carvão e os alimentos para a massa de operários realocada na nova cidade.

Já na Baía da Traição foi instalado, em 1932, um Posto Indígena do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, que atuava enquanto instância de gestão de recursos fundiários e agrícolas. O modelo de poder tutelar do Posto Indígena reivindicava o controle sobre as terras, os recursos naturais e as populações locais. Sua efetivação, porém, era precária, registrando-se um cotidiano de conflitos e disputas nunca resolvidas. Atuava como um meio de amortecimento de tensões e contribuía para a estabilização das relações de dominação locais. A postergação da demarcação das terras indígenas foi o fato mais emblemático dessa mediação insuficiente. As famílias indígenas sob a “fraternal proteção” do Posto Indígena reproduziam-se num quadro de subalternidade política e econômica. Em 1967 o SPI foi substituído pela Funai, mas isso não alterou o quadro local (Peres, 1992; Palitot, 2005; 2011).

A situação histórica¹ pautada no arranjo instável entre os poderes da Companhia de Tecidos, dos indígenas e do SPI/FUNAI teve vida

durante algumas décadas, até sucumbir às suas próprias contradições e às pressões postas por uma nova ideologia da decadência, com a sua demanda por soluções modernizantes e definitivas (Palitot; Yogi, 2022).

Foi justamente nesse momento, em meados dos anos 1970, que um novo modelo de escalabilidade agroindustrial (Tsing, 2019) foi introduzido e produziu uma nova territorialização na região. As usinas de álcool e açúcar tomaram o protagonismo da fábrica de tecidos e com incentivos fornecidos pelo estado² substituíram o monopólio territorial dos Lundgren pressionando as ocupações indígenas e provocando intensos conflitos fundiários ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000 (Azevedo, 1986; Palitot, 2005; Vieira, 2010; Mendonça, 2012; Palitot, 2022).

Neste artigo tratamos, em detalhe, de parte desse período intensamente conturbado e profundamente marcante. Para tanto, abordamos o processo jurídico-administrativo de demarcação da Terra Indígena Jacaré de São Domingos (1985-1993) como uma fase dentro de um processo social mais amplo e que alterou completamente a organização sócio-política da aldeia, reorientou os alinhamentos étnicos, promoveu um novo conjunto de práticas e símbolos, consagrou uma nova liderança e vinculou definitivamente o contexto de Jacaré ao das demais aldeias Potiguara. Esse processo não se resume apenas às ações do Estado, mas a todo o período que abarca os conflitos e as mobilizações em que a comunidade se envolveu e que caracterizamos como um drama social.

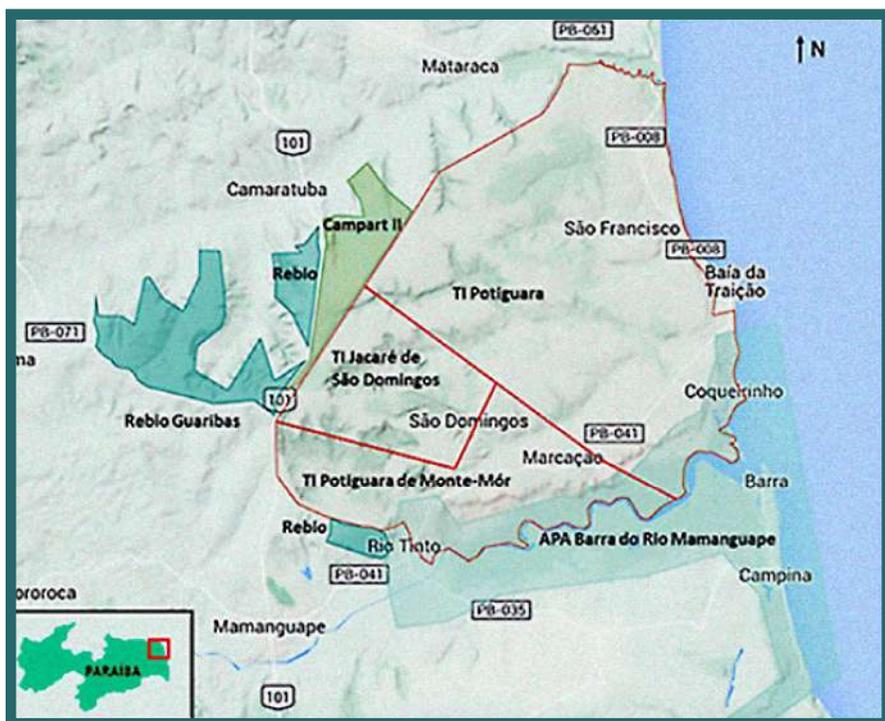
A noção de drama social foi proposta por Victor Turner como uma abordagem analítica de momentos de crises sociais. Trata-se de uma análise processual das relações sociais, que visa compreender como as tensões latentes num determinado arranjo se tornam manifestas e quais os meios utilizados para a resolução desses conflitos (Turner, 2008).

Em termos metodológicos, a noção de Drama Social opera com uma sequência de quatro fases consecutivas: ruptura; intensificação da crise, ação reparadora/corretiva e resolução ou cisma. Esta proposição de Turner é um desdobramento das teorias de van Gennep (2011 [1909]) sobre os ritos de passagem e que se baseavam em apenas três fases: separação, transição e reagrupação. Também são compreendidas como fases pré-liminar, liminar e pós-liminar. Turner presta atenção ao que seria a fase de transição, a liminar, em que a suspensão, a ausência ou a quebra das regras pré-estabelecidas possibilitam o rearranjo das relações sociais a partir da intensa mobilização social – a *communitas*. Muitas vezes codificada na forma de rituais, este é o processo em que o novo pode emergir a partir de situações de perigo e suspense em busca de resolução para o agravamento da crise então posta.

No caso de Jacaré de São Domingos, podemos tomar como descrição da situação preliminar a existência das aldeias Potiguara como povoados rurais organizados a partir de relações de parentesco e situados entre as áreas de domínio da Companhia Rio Tinto e do Serviço de Proteção aos Índios/FUNAI. As suas principais atividades produtivas eram a produção agrícola e extrativista direcionada ao abastecimento da

1 Situação histórica é uma noção que se refere “(...) a modelos ou esquemas de distribuição de poder entre diversos atores sociais. (...) Trata-se de uma construção do pesquisador, uma abstração com finalidades analíticas, composta dos padrões de interdependência entre os atores sociais, e das fontes e canais institucionais do conflito” (Pacheco de Oliveira, 1988, p. 57, grifos no original)

2 Em especial, os projetos de colonização direcionada pelo INCRA e o PROALCOOL.



Cartograma com a localização das Terras Indígenas, Assentamento e Unidades de Conservação
Fonte dos dados — Funai, ICMBio e Inkra. Elaboração: Estêvão Palitot nos programas Google Earth Pro e Google Maps

cidade-fábrica de Rio Tinto. Havia uma intensa utilização da mão de obra familiar, o que implicava em famílias numerosas envolvidas diretamente nas atividades produtivas com especialização de funções por gênero e idade. O controle dos títulos de terra em Jacaré estava nas mãos dos cabeças dos grupos de descendência, ainda que houvesse uma tensão latente entre parentes que se julgavam mais ou menos legítimos na condução das relações dentro de cada pertença³ (Vieira, 2010). A

essa situação somavam-se relações de moradia (Moreira, 1997), ainda mantidas nas áreas diretamente controladas pela Companhia, condicionando os trabalhadores a morarem e a trabalharem na terra em troca de pagamentos pecuniários, gêneros ou dias de trabalho. Esse quadro implicava num baixo retorno monetário das atividades produtivas e na dependência direta dos recursos ambientais (terra, matas, maré) para

do doméstico ou de uma coalizão de grupos domésticos. Já pertença é um termo que designa os lotes familiares de propriedade indígena oriundos da divisão da Sesmaria de Monte-Mór no século XIX (Vieira, 2010).

a reprodução física e social do grupo. Nas áreas assistidas pelo Posto Indígena o quadro socioeconômico não era tão diferente: assim, apenas o acesso à terra e a produção passava por um certo controle do órgão indigenista, que variava em sua efetividade ao longo do tempo. Com o declínio da Companhia, passou a ocorrer uma lenta e progressiva redução do mercado consumidor de Rio Tinto e a consequente reorganização dos espaços produtivos, principalmente o acesso à terra e às matas. É a partir desse quadro que se desenrola a primeira fase do drama social: a ruptura.

RUPTURA

Com o progressivo fechamento do complexo fabril, a Companhia Rio Tinto transferiu as terras que ocupava para a Rio Vermelho Agropastoril e Mercantil S/A. Esta, posteriormente, transmitiu essas áreas para as Usinas Miriri e Japungu. Essas negociações implicaram na transformação dos modos de usos dos recursos ambientais e das relações sociais voltados para o acesso à terra e ao trabalho.

No final dos anos 1970, o governo federal lançou o Pró-Álcool, um amplo programa de incentivo oficial à

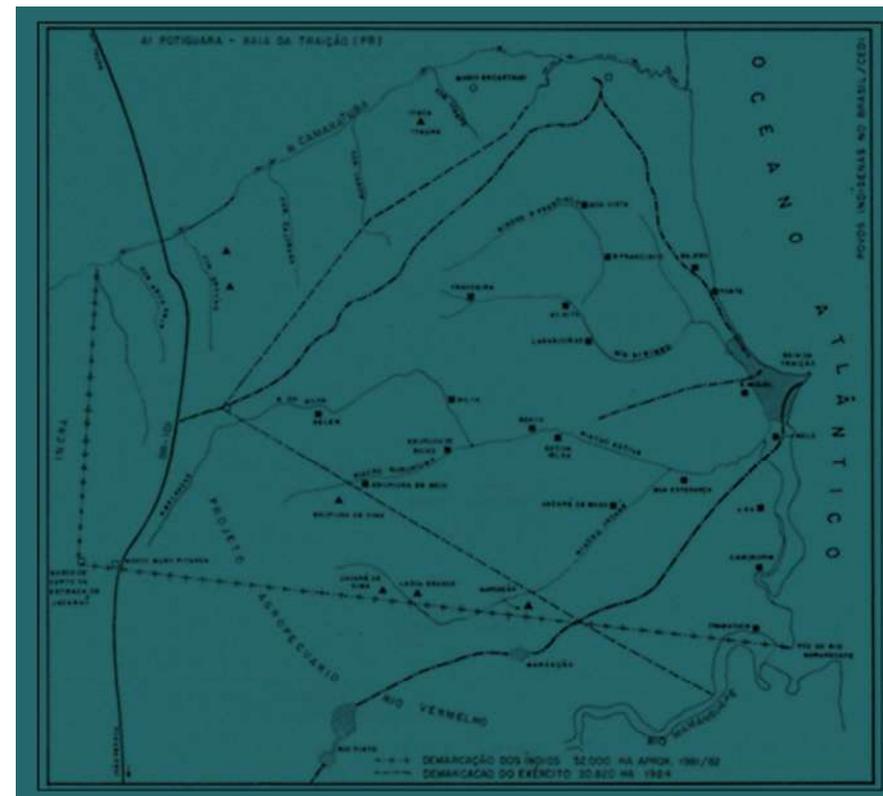
produção de etanol combustível, que resultou na implantação ou reorganização de diversas usinas de cana-de-açúcar na região: Monte Alegre, Miriri, Japungu e Agicam). No Vale do Mamanguape as usinas ampliaram as áreas de plantio, ocasionando um amplo processo de reorganização fundiária e produtiva que teve como resultados mais imediatos o aquecimento do mercado de terras, auxiliado por medidas oficiais como a criação do Projeto Integrado de Colonização Rio Tinto, gerenciado pelo INCRA (Mendonça, 2012).

Além das áreas adquiridas à Rio Vermelho S/A, outras pequenas

parcelas de terras passaram a ser objeto de interesse e negociação mercantil. Entre elas, as áreas ocupadas por famílias indígenas ao longo dos rios Grupiúna e Jacaré. Essas áreas sempre foram reivindicadas como parte das terras indígenas a serem demarcadas pelo Posto Indígena Potiguara e foram mesmo alcançadas pela autodemarcação promovida pelos indígenas da Baía da Traição, liderados por Severino Fernandes e Batista Faustino (Azevedo, 1986). Porém, com a redução da área demarcada como Terra Indígena Potiguara, essas terras ficaram excluídas dos limites e se tornaram objeto de crescente interesse comercial.



Recortes de jornais e periódicos da época relatando a redução da demarcação da Área Potiguara
Fonte — Acervo Documental do Instituto Socioambiental, 1984



O clima na área é de insatisfação e revolta. Os índios não aceitam o decreto que deixa de fora da reserva indígena as aldeias entre outras de Lagoa Grande, Jacaré de São Domingos, Grupiúna de Cima, Maripitanga, a antiga Aldeia do Balança, parte da aldeia de Piabuçu, Itaúna, Encantada além de toda a cidade da Baía da Traição, cuja Terra pertence, de direito, aos índios. (Jornal O Norte, João Pessoa, 11 de fevereiro de 1984).

A demarcação da TI Potiguará foi também um drama social específico. Marcada por uma grande efervescência mobilizatória e por sérios conflitos, entre eles a morte de um técnico da Rio Vermelho nas imediações da aldeia Lagoa Grande, em outubro de 1983 (Carelli, 1984; Azevedo, 1986). A intervenção do exército nesse processo em 1984, reduziu a área demarcada e representou uma aparente “resolução definitiva” da situação, ainda que contestada pelos Potiguara.

Neste contexto, o mercado de terras local voltou a se aquecer entre 1984-1987. As áreas dos rios Grupiúna e Jacaré, excluídas da demarcação, tornaram-se palco de uma intensa corrida pelas terras.

Frente à pressão crescente, algumas famílias indígenas que ficaram fora da área demarcada terminaram negociando os títulos de terras que dispunham. Na área de Grupiúna de Cima, famílias indígenas venderam suas parcelas, entre os anos de 1980 e 1987. No final dos anos 1970, outras três posses na margem sul do rio Grupiúna já haviam sido vendidas a diferentes compradores, e em 1984 foram adquiridas pelo espanhol Martin Font Barberá (que mais adiante iria tentar comprar parte das terras de Jacaré, em 1985). Assim, nas

margens do rio Grupiúna, apenas um pequeno grupo de indígenas, descendentes do casal Barnabé e Silivera mantiveram-se nas terras da família e que hoje constituem a aldeia Grupiúna de Cima (Vieira, 2010).

Já ocupando a maior parte das terras em Grupiúna, esses compradores tentaram adquirir as posses de algumas famílias em Jacaré de São Domingos, o que desencadeou conflitos mais graves, pois esta área tinha uma população maior, organizada em grupos domésticos densamente relacionados entre si, em especial os Pereira da Cruz.

Maria⁴ - Ai, esse Fulano⁵ chegou lá [em Jacaré] conversando, eu sei que assim, eu tenho a lembrança que ela [sua tia Beltrana⁶] vendeu. Fulano chegou com uma mulher chamada Doutora M. e se eu não tô enganada tinha um senhor também por nome parece que era Doutor E., se eu não tiver errada. Eu sei que minha tia, né? Vendeu essa terra. Eu sei que depois, como passou a ser área indígena. Mas ela tinha vendido. No caso, como era área indígena e a gente não tinha conhecimento, ela vendeu o terreno lá, inocente. À Usina Miriri. Se eu não tiver enganada, o nome da usina é essa Usina Miriri. Que depois, com o tempo, com uns meses, a gente já tava morando em Marcação, mas a gente soube que tavam, tavam nesse vai e vem pra

4 Nesta entrevista, optamos por substituir os nomes das pessoas por medida de cautela e proteção.

5 Morador da região que atuava como corretor para plantadores de cana e para as usinas.

6 Moradora não indígena de Jacaré de São Domingos, mas que possui vínculos de parentesco com os Potiguara e detinha um dos títulos de terras na aldeia.

lá devido a terra que ela vendeu. (...) Mas já foi através de Fulano que esse povo começou a vender terra lá. Disse-o aí eu lembro. (...)

Aí, com poucos meses que eu tava lá, junto com ela em Marcação, aí, eu escutei o comentário que tava essa guerra, né? Que pra lá parece que tem o cacique Domingos Henrique, como chegaram a ter o conhecimento que era área indígena mesmo, aí, ele com outras pessoas foram pra Brasília para ver se aquilo que tavam dizendo era verdade mesmo e pra lá foi aprovado que era área indígena. É o que eu lembro. Mas assim, que já escutei de outras pessoas, né? Mas eu não morava mais lá. (Maria e José, 29 de maio de 2019).

Aqui é importante fazermos um parêntese e apresentarmos um pouco da história de Jacaré de São Domingos, a partir da organização dos grupos familiares da aldeia e antes dos conflitos dos anos 1980. Pois, sem um vislumbre da história dessas famílias, não conseguiremos compreender plenamente os papéis que sujeitos concretos desempenharam no drama social que estamos analisando.

O núcleo habitacional de Jacaré de São Domingos constituiu-se ainda na metade do século XIX em torno de um grupo local composto por pai, filho e genro, casados com mulheres indígenas: Victoriano José do Nascimento, Antônio Romualdo e Raimundo Pereira da Cruz⁷. Estes

7 Victoriano e Raimundo são descritos como homens pardos, casados com mulheres indígenas. Um fato que não era incomum na Sesmária de Monte-Mór, visto haver o registro de mais onze casamentos interétnicos na relação das famílias indígenas que receberam lotes de terras (Palitot, 2022). Victoriano recebeu ainda uma anotação como agricultor e criador de gado

três grupos domésticos receberam lotes de terras no lugar Jacaré de Cima durante a demarcação da sesmária dos índios de Monte-Mór em 1867. Os três lotes de Victoriano, Raimundo Pereira e Antônio Romualdo localizam-se, aproximadamente, no entorno da atual capela de São Domingos, tendo o alto curso do rio Jacaré como eixo. Descendo o rio Jacaré, outros sete grupos domésticos indígenas receberam posses de terras, entre eles os de Delfino Dias de Nazaré e João de Brito (Vieira, 2010; Palitot, 2022).

Herdando as terras e o sobrenome Pereira da Cruz, este grupo manteve-se na área das cabeceiras do rio Jacaré com grande estabidade e em estreita relação de vizinhança e parentesco com os Cândido Barbosa⁸ e os Virgínio⁹. Nas primeiras déca-

vacum e cavalari o que, no contexto da época, provavelmente identifica um acúmulo de recursos materiais significativos, posto que nenhum outro beneficiário dos lotes é descrito dessa maneira. Tal acúmulo provavelmente era resultado do seu papel como líder de um grupo familiar extenso, composto por mais de uma unidade doméstica.

8 Família de ascendência negra, proveniente das localidades Piaba e Canafistula (município de Araçagi/PB). Os Barbosa Evangelista, também conhecidos como Cândido Barbosa, chegaram em Jacaré ainda antes de 1900 e logo estabeleceram relações de parentesco com os demais habitantes do lugar. Eram três irmãos: João, Ana e Firmino. Filhos de Cândido Barbosa Evangelista. João Cândido chegou já casado com Francisca e acompanhados pela cunhada Marcolina e o filho pequeno, Henrique (nascimento em 1890). Os demais filhos do casal nasceram já em Jacaré de São Domingos. A maior parte deles permaneceu na região, contraindo casamentos com mulheres desta aldeia, ou de aldeias próximas. Domingos Barbosa dos Santos era filho de Henrique Cândido Barbosa, daí ser conhecido muitas vezes por Domingos Henrique (Seu Manoel Chicó, Ybykuára, 09/07/2019).

9 Descendentes do indígena Joaquim Virgínio de França. Originário de Mariapitanga, mas cujos pais receberam um lote de terras em Três Rios, Joaquim Virgínio estabeleceu-se em Jacaré onde se casou com Antônia Conceição, filha de João Cândido. O casal teve vários filhos, a maioria vivendo em Jacaré, casando-se com pessoas do lugar (Seu Manoel Chicó, Ybykuára, 09/07/2019).

das do século XX, era liderado por Emiliano Pereira da Cruz, filho de Raimundo e Conceição, que além dos três lotes iniciais agregou mais um, ampliando assim as condições materiais da família. Emiliano desempenhava funções de liderança do conjunto de parentes e herdeiros e teve três casamentos e diversos filhos.

Com o envelhecimento e o adocimento de Emiliano nos anos 1930 esse núcleo de parentes fragilizou-se, o que abriu espaço para a instalação da Companhia Rio Tinto e da família dos Alves. A Companhia “tomou de Emiliano. (...) Mas na época ele tava doente, num pode fazer nada, eles passaram a picada. Mané Alves foi pra lá, ele disse: – Não, eu quero o dono da terra. Você não tem nada! Meu avô [Emiliano] tava doente, não foi pra lá, eles passaram a picada” (Seu Manoel Chicó, Ybykuára, 12 de julho de 2019)

Após a morte de Emiliano, João Candeia¹⁰ assumiu responsabilidades sobre o funcionamento da casa de farinha, a manutenção da pequena capela de São Domingos e as questões referentes à terra. Isso lhe rendeu um enfrentamento muito sério com a família dos Alves em 1936, no qual ele chegou a ser preso por dois anos, acusado de lesão corpora¹¹ (Dona Maria José, Jacaré de São Domingos, 22/05/2019; Dona Elita, Três Rios, 23/05/2019).

Após a morte de João Candeia, três mulheres se destacaram na

10 Sobrinho de Emiliano.

11 Segundo os relatos dos descendentes de Emiliano e João Candeia, os Alves adquiriram o lote de terras de Antônio Romualdo de sua viúva e sempre mantiveram uma atitude ostensiva em relação ao controle dessa posse, localizada na margem sul do rio Jacaré, o que provocou diversos conflitos ao longo do tempo.

representatividade da família: Maria Candeia, sua filha, e Chicó e Elita, filhas de Emiliano¹². Maria Candeia ficou associada aos cuidados com a capela de São Domingos, enquanto que Chicó e Elita respondiam por questões relacionadas à gestão dos lotes familiares. Inclusive, isto pode ver pelo último conflito mantido com os Alves, no qual ambas se dirigiram ao Posto Indígena da Funai na Baía da Traição em busca de apoio, no ano de 1973.

Ramos: A gente sempre teve um atrito com os Alves (...) Eles sempre dizia que a gente morava no que era dele. Diz a história que ele pegou o título de terra também nosso que sumiu e tava na mão dele. Isso mãe prestou até queixa sobre isso. E era uma questão muito grande. Então, a minha madrinha disse: – Vocês num são índio? Pra que vocês num vão na Baía da Traição, procurar a Funai? Foi daí que a gente teve o apoio, como eu acabei de dizer que a gente teve o apoio da Funai. Quando a gente levou essa documentação que era... Ai, ele [chefe da Funai] disse, ele viu a documentação e disse: – Vocês são índio! Ai, foi que começou a dar assistência, mandar intimação pra eles, aí a gente... (...)

D. Elita: Ai, o chefe olhou o livro de lá e olhou o da gente, o documento que eu levei e disse: – A senhora tá certa.

Ramos: (...) ele mandou um tipo dum ofício, né? Um papel... foi, encaminhando a gente pra o Recife. Pra ser atendido lá, que a gente era

12 Emiliano teve um primeiro casamento com Ana Barbosa da Conceição, e, após o falecimento desta, desposou sua sobrinha, Marcolina, filha de João Cândido Barbosa, irmão de Ana. Francisca (Chicó) era filha de Emiliano com Ana, e Elita era filha de Emiliano com Marcolina.

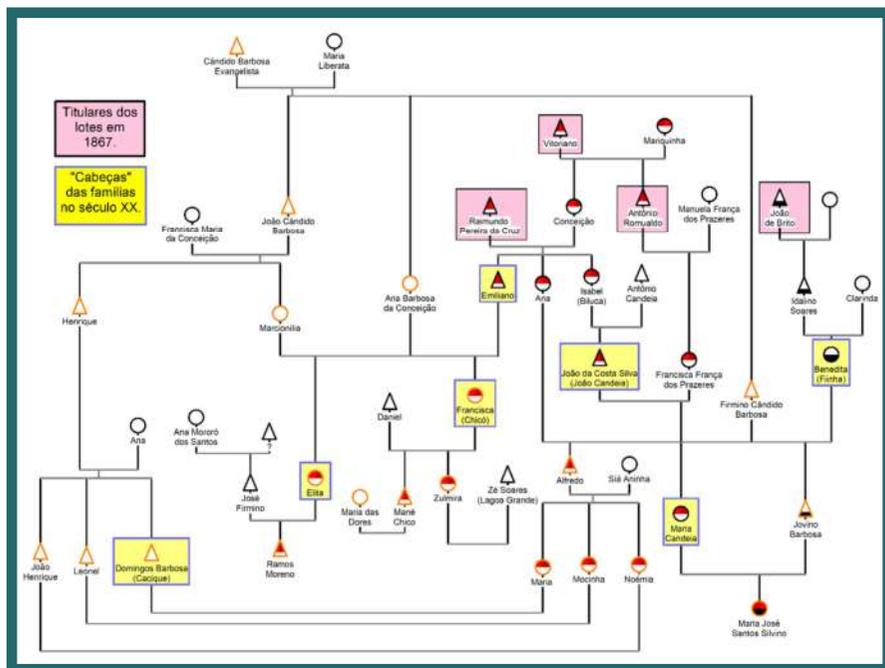
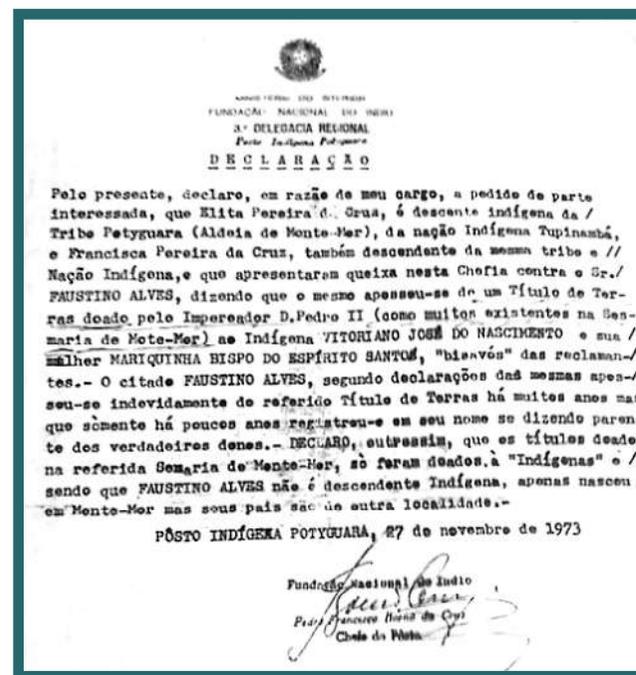


Diagrama de parentesco destacando as famílias Pereira da Cruz e Cândido Barbosa, a transmissão da liderança local e do controle sobre os títulos de terra
Fonte — Dados de Campo (2019). Elaboração: Estêvão Palitot



Fotografia de declaração da FUNAI de 1973 reconhecendo a ascendência indígena de Elita e Francisca Pereira da Cruz.

indígena. (...) Que a gente tinha, começou a ter assistência, aí, quando melhorou, ele se afastou. (...) Porque na época, minha mãe sendo a mais nova... aí, Raimundo Ferraz mesmo indicou ela como representante. Ela como fosse Carlos3 hoje lá em Jacaré, era minha mãe, na época. (...) ela era como fosse a representante. Tudo era ela na frente. Então, a gente começou a ter apoio depois disso aí que a gente foi na Baía... (...)

Dona Elita: Compadre Domingos foi também.

Ramos: Foi, Seu Domingos foi também, num foi?

Dona Elita: Foi.

Ramos: Sim, É.

(Entrevista com Dona Elita, seus filhos Ramos e Lila e Cacique Carlos, Três Rios, 23 de maio de 2019).

Como resultado dessa viagem, Elita e sua irmã obtiveram uma declaração do Chefe de Posto da Funai, reconhecendo-as como bisnetas dos indígenas que receberam um título de terras na Sesmaria de Monte-Mór.

Até o início dos anos 1980, a liderança desse núcleo esteve com Elita e Maria Candeia. Porém, com o início do conflito que levou à demarcação da Terra Indígena, instaurou-se uma ruptura nesse padrão que levou a criação do cargo de cacique, que foi assumido por Domingos Barbosa dos Santos, filho de Henrique Cândido e casado com Maria Alfredo, sobrinha de Emiliano e bisneta de Raimundo Pereira da Cruz¹⁴ (Vieira, 2010).

¹⁴ E como podemos ver no diagrama de parentesco, Domingos era também primo de Elita e seu compadre.

INTENSIFICAÇÃO DA CRISE

No ano de 1984 houve uma mobilização liderada por Elita Pereira da Cruz e que reuniu mais de uma dezena de grupos domésticos aparentados entre si para a realização de uma ação de usucapião sobre as terras que ocupavam, de modo a legalizá-las. Essa área tinha cerca de 300 hectares e era utilizada de modo comum por toda a parentela descendente de Raimundo Pereira da Cruz. Os demandantes estavam amparados, contudo, em um único

título de 21,1 hectares, cujo pagamento do Imposto Territorial Rural era realizado por Elita desde os anos 1960, pelo menos.

Essa mobilização reuniu os líderes de grupos domésticos aparentados e afins, que mantinham seus roçados nessa área e que passaram a contribuir financeiramente com fundos para custear os deslocamentos, emissões de documentos e o pagamento do advogado que seria responsável pelo processo¹⁵.

A maioria desses homens era casada com mulheres descendentes de Raimundo Pereira da Cruz. Segundo recordam, Maria Candeia, também herdeira nessa linhagem, fazia parte do grupo que colaborava.

Ramos Moreno: Ali, foi interessante mesmo, aquilo ali. Porque quando foi pra legalizar tava todo mundo de acordo. Foi todos. (...) Eu tinha uma maquinazinha

do lote de Raimundo Pereira da Cruz no ano de 1984. O recibo discrimina os valores das contribuições e os gastos efetuados com deslocamentos, certificação de documentos e pagamentos ao advogado.

¹³ Carlos é o atual cacique de Jacaré de São Domingos.

¹⁵ Ainda hoje a família de dona Elita guarda o recibo com a relação das pessoas que colaboraram com dinheiro para a ação de usucapião

Recibo de pagamento do Imposto Territorial Rural do Lote de Raimundo Pereira da Cruz, 1970.

de datilografia daquela pequeninha, aí, eu bati o recibo. (...) Aí, eu batia, fazia aquele recibo tudinho de quem dava [contribuição em dinheiro] pra gente levar pra o advogado fazer. Essas viagem mesmo que a gente fez a respeito da terra foi todos eles lá que ajudaram. Inclusive, quem morava lá e que não era índio, [mas era] considerado da família, eles também ajudava. Todos ajudavam, só pra legalizar. Porque mesmo sem eles pertencer à nossa família, tinha alguns de fora que a gente num conhecia como família, mas sempre trabalhou como eu falei antes, né? E quando precisava [de terra para plantar] pedia a um e a outro, falava com a minha mãe

e quando não era do domínio dela, mãe: – Fale com fulano. Então, eles tudinho ajudaram! (Entrevista com Dona Elita, seus filhos Ramos e Lila e com o Cacique Carlos, Três Rios, 23 de maio de 2019).

Em algum momento das negociações internas ao grupo de parentes a opção pela ação de usucapião passou a ser contestada e ocorreu um desentendimento. Nessa mesma época, o espanhol Martin Font Barberá, que já havia adquirido as áreas ao sul do rio Grupiúna e que eram limitrofes às terras da família Pereira da Cruz, nos arredores da Lagoa Seca, procurou Elita interessado em adquirir parte da área. Segundo seu

próprio relato, ela aceitou transacionar parte da área para poder pagar os custos do processo de usucapião. Contudo, foi justamente essa tentativa de venda de parte da área que intensificou a crise familiar.

O resultado dessa crise interna ao grupo familiar levou a um rompimento extremo e à solicitação de intervenção da Funai, em 1985, por parte do grupo de parentes que se opuseram à venda da terra. Esse grupo passou a ser chefiado por Domingos Henrique, contando com o apoio de Maria Candeia (Azevedo, 1986; Silva, 1993; Vieira, 2010). A escalada do conflito interno à família atingiu seu ápice com pesadas acusações durante uma reunião na igreja

de São Domingos e terminou com a saída dos parentes envolvidos diretamente com a ação de usucapião de Jacaré. Entre 1984 e 1986, todos eles se mudaram para Marcação, embora não tenham desistido de imediato da ação de usucapião, que foi impetrada na Comarca de Rio Tinto em 1985 (Azevedo, 1986, p. 77). e se prolongou até março de 1988 (Manifesto dos índios das aldeias Jacaré de São Domingos e Belém, 1991).

Apenas o desentendimento familiar sobre a ação de usucapião não pode ser reportado como motivo suficiente para o grave conflito que se seguiu. Se não percebermos o contexto em que essa crise se deu, tudo ficaria parecendo somente uma disputa entre os herdeiros de um dos lotes demarcados no século XIX. O que estava em jogo eram as próprias condições materiais de reprodução daquele grupo de parentes e o sentido mesmo da existência do grupo enquanto tal.

O aquecimento do mercado de terras na região implicou numa constante e progressiva alienação de faixas de terras, que trocaram de mãos diversas vezes, e no cerceamento de uso de áreas até então mais ou menos livres para produção agrícola e extrativista. Anteriormente, mesmo que essas áreas tivessem donos, o mato era livre para coleta de mangaba e era possível negociar permissão para produzir carvão e plantar, com base em regras costumeiras de reciprocidade ou pagamento de renda. Os novos proprietários, contudo, traziam um outro regime de uso da terra, implicando a supressão do mato e a sua substituição por gado e por lavouras comerciais de abacaxi e cana. As áreas de uso disponíveis foram assim se reduzindo paulatinamente, e a venda de

porções de terras era uma alternativa que beneficiava mais os detentores dos títulos dos lotes, ainda que estes fossem ocupados por outros membros das famílias extensas.

Além das terras que eram reputadas como da família e ocupadas por diversos grupos domésticos aparentados; aquelas outras áreas vizinhas – fossem as da Companhia ou de outros títulos – também utilizadas para o plantio de roçados, o extrativismo vegetal e a caça, estavam sendo ocupadas pela Usina Miriri ou novos proprietários. O que ocorria, então, era um aceleração do processo de restrição de acesso aos recursos ambientais imprescindíveis à vida das famílias. A tentativa de venda da área da Lagoa Seca impactava diretamente no acesso ao que era entendido como a última reserva territorial e econômica viável para as famílias de Jacaré de São Domingos. A coleta de mangaba – uma atividade extrativista feminina e infantil por excelência – era a mais diretamente ameaçada: “A máquina já destruiu mangabeiras e cajueiros no tabuleiro. As mulheres da aldeia sobrevive da colheita da mangaba. Como que vão dar de comer as crianças com a destruição do que Deus deu para a gente viver?” (Carta Aberta da Comunidade de Jacaré de São Domingos, 04/03/1988).

Desse modo, a crise tomou proporções totalizantes e a mobilização se tornou inevitável – ainda mais quando elementos de ordem espiritual começaram a se fazer presentes, determinando que ações concretas fossem tomadas para evitar a venda das terras e outorgando legitimidade à nova liderança familiar: Domingos Henrique.

O ESPÍRITO DE ALFREDO SE MANIFESTA

Glebson Vieira menciona que a liderança de Domingos foi confirmada após a revelação de um sonho que ele teve com seu sogro, Alfredo, no qual este questionava “o que você está fazendo que não enfrenta os homens [os usineiros]? (...) eles estão tomando a nossa terra, você tem que cuidar, você não pode deixar os homens tomar a terra, você precisa levantar a aldeia, você agora é o cabeça daqui” (Vieira, 2010, p. 84).

Quando estivemos em campo, tentamos confirmar a narrativa do sonho junto aos filhos e netos de Domingos Henrique. Para nossa surpresa, a versão do sonho foi descartada, sendo apresentada uma outra narrativa em seu lugar, dessa vez relatando comunicações mais intensas e determinantes. O espírito de Alfredo não se manifestou em sonho, mas em dramáticas sessões de incorporação em sua filha Maria, esposa de Domingos, e na frente da família inteira. Um evento que não seria incomum na experiência familiar, que reconhecia nela o dom de se comunicar com os espíritos dos antepassados. Vejamos, a seguir, as narrativas a respeito:

Narrativa 1 – Cabral, Nazareno e Everaldo, filhos de Seu Domingos, Jacaré de São Domingos, 22 de maio de 2019.

Cabral - Rapaz, desse sonho ele nunca falou pra nós, não. Agora, uma vez, uma vez a gente tava tudo comendo, (...) a gente tava tudo jantando. Aí, minha mãe Maria, antes dela começar a comer o comê dela,

aí, ela começou num plantão de choro. Começou num plantão de choro e pai ficou dizendo: – Oxente, e essa mulher tava boinha agora? O que é que ela tem que tá desse jeito agora! E ela haja chorar e chorar. E pai dizendo: – Oxente! Tá ruim! Tá ruim! O negócio tá ruim, essa mulher adoeceu agorinha, essa hora, bem na hora da gente comer. Aí, quando ela falou, aí foi na voz desse, desse Alfredo, num sabe? Foi na voz desse Alfredo.

Nazareno – O pai dela.

Cabral – Que era o pai dela. Aí, disse assim: – Óia! Vocês tem que lutar por isso aí, visse! Vocês não pode deixar isso aí ir de água abaixo não! Aí, eu sei contar só desse comer, dessa história. Mas a história mesmo eu não sei contar, não. Quem sabe contar é ele [Seu Domingos]. Mas ele já morreu.

(...)

Estêvão – Aí, o que é que vocês acham que foi isso?

Cabral – Ah, eu acho que foi um aviso, né? Pra enfrentar a luta, né? Que a maioria dos pessoal era tudo com medo, que nem eu acabei de dizer ali agora. A maioria era tudo com medo. Porque quando chegava ali na frente, tava uma ruma de vigia [da Usina]. Tudo bem armado. Fosse num caminho ali e eles tivessem no caminho, eles cortava caminho e num ia mais não. Com medo e a gente tivemos essa coragem. Que é dada por Deus, né? Aí, entremos nessa batalha desse jeito. Um conflito maior do mundo!

(...)

Cabral – Desse dia em vante aí o pessoal começou se unir mais e foram lutando, até hoje. E hoje ainda continua do mesmo jeito a luta.

Everaldo – E teve um dia que o trator desceu gradeando (...) O trator

chegou até ali e um bocado de pesos armado e tiveram que correr pra trás. Porque eles queriam invadir tudo mesmo. Uma certa vez, eu e mãe e uma mulher chamada Maria Candeia e outra chamada Nôêmia, que é a irmã de mãe, fumos empatar. Ali em cima do tableiro, o trator gradeando e mãe em cima. E isso nada de parar. E era obrigado em tempo de arriscar a vida pra morrer. Ou morrer ou viver! E eles não obedeciam nada, porque eles tinham ordem dos povo aí, mais, que tinha patente, né? E nós tinha que enfrentar. Ou enfrentar, ou nós perdia tudo de uma vez. É o que nós pode dizer daí.

Narrativa 2 – Dona Luzinete Pereira da Cruz, Jacaré de São Domingos, 10 de julho de 2019.

D. Luzinete - É porque quando começou com essas terra, quando os usineiro tava aí trabalhando, né? Antes de vender essas terra. Aí, Pai Alfredo, que era o meu avô, aí, ele veio e disse à Mãe, disse: – Maria, tu avisa a Domingo que essa terra vai ser vendida. Aí, Mãe foi, amanheceu o dia e disse: – Domingo, Alfredo veio, Pai veio essa noite aí em n'eu e disse que iam vender essas terra. Aí, ele disse: – Eu escutei também, Maria. Agora, só que eu num quis dizer. Mai eu ouvi quando ele tava falando em tu. Mas, isso é mentira! – É mentira, nada! Ela dizia: – Domingo, isso é verdade. Quando Pai vem dizer a eu é porque é verdade. Ele disse a eu e você escutou também. Aí, ele num se importou. Aí, ficou, quando foi depois, noutra noite, ele veio de novo: (...) – Domingo, vão vender as terra! E quem vai comprar essas terra é... (...) o espanhol... (...) Ele que vai comprar essa terra. E quem vai vender

essa terra é Elita. Aí, ele [Domingos] disse: – Ah, eu só acredito quando eu vejo! (...) – Só acredito quando eu vejo! Aí, sempre ele avisando... Aí, quando pensou que não, já foi a máquina [derrubando o mato]. Aí, disse: – Aí, Domingo! Eu num disse que ela ia vender a terra! Olha aí!

(...) Aí, foi o tempo que Pai começou lutar. Aí, foi quando Pai chamou o povo e entrou em ação... Aí, foi, sempre é assim, quando... Qualquer coisa que vinha, ela já sabia, porque os mais velho vinha, avisava à ela. Quando num era Pai Alfredo, era os outro [espíritos]... que avisava.

(...)

Estêvão - E a senhora acha que foi por causa disso, dessa atenção deles, né? Dos antepassados, né? Que vocês conseguiram conquistar a terra?

D. Luzinete - Eu acho que foi porque se ele num tivesse vindo avisar Pai num ia entrar em luta, nem tinha convidado os irmão pra entrar nessa luta e nem a gente tinha avisado [inaudível]... Porque o povo ia invadir e a gente num sabia de nada. Como é que a gente ia lutar? Não ia lutar, não. A gente só foi por ele mesmo. Porque eles quem vieram avisar. Aí, cortou o mal pela raiz, porque fomos pra luta.

Esses relatos evocam aqueles que foram registrados por Emanuel Braga junto à família do cacique Batista Faustino, na aldeia São Francisco, situada na Baía da Traição. Essa família também carrega uma linhagem de líderes indígenas e relata que as comunicações sobrenaturais acerca de conflitos fundiários eram realizadas pelo próprio São Miguel, padroeiro do aldeamento da Baía da Traição:

Dona Nilda: [São Miguel] só chegava na casa do chefe nera, o chefe que na época era o... Que ele chegava chamando ele... Na casa do bisavô do Pedro Ciriaco (...) chegava e batia os pés no chão. (...) ele chegava chamando “Pedro, tem questão!”, nera assim que ele falava? Nera o avô de pai?

Seo Batista: Era. Vinha avisar.

Dona Nilda: Na casa dele, que era cacique na época, quando tinha questão ele chegava, balançava a rede de meu bisavô “Pedro, acorda, tem questão!”, nera assim pai?

Seo Batista: Era.

Emanuel: Questão era...

Dona Nilda: Questão era a política pra ele resolver...

Seo Batista: Era problema, os invasores... (Braga, 2019, p. 148-149).

Observamos que a outorga de um mandato político por parte dos antepassados, heróis míticos, seres encantados ou até mesmo santos católicos é recorrente em outros contextos etnográficos (Oliveira, 1988; Fialho, 1998; Tassinari, 2004; Ferreira, 2013; Alarcon, 2013).

Podemos citar alguns casos em que a mobilização política pelo reconhecimento de direitos territoriais foi precedida ou acompanhada pela manifestação de espíritos ou desenvolvimento de práticas rituais mais ou menos organizadas. Entre os Truká da Ilha da Assunção em Cabrobó, Pernambuco, há a referência fundamental a Acilon Ciriaco da Luz, o líder que “levantou a aldeia” com a orientação e o auxílio dos Encantados (Baptista, 1992 apud Pacheco de Oliveira, 2016). De forma semelhante, entre os Tumbalalá de Pambu (BA) foi o Encantado Manoel Ramos quem revelou o nome da aldeia à liderança Sr. Luis

Fatum (Andrade, 2003). Já entre os Atikum, Kambiwá e Kapinawá – todos habitantes das serras do sertão pernambucano – foi durante a realização de rituais de toré que se manifestaram os espíritos donos das referidas aldeias e revelaram o nome que deveria ser adotado pelo grupo (Grunewald, 2004; Barbosa, 2003; Sampaio; 1995). Para os Katokinn de Alagoas, por sua vez, foi num sonho que o Dono da Aldeia se manifestou para a cacique Nina, determinando a partir daquele momento ela deveria reunir os parentes e organizar a aldeia (Souza, 2016).

Desse modo, não é implausível que, entre as fontes determinantes da ação social dos Potiguara de Jacaré de São Domingos, estejam também presentes eventos relacionados à manifestação de seres mais que humanos diversos.

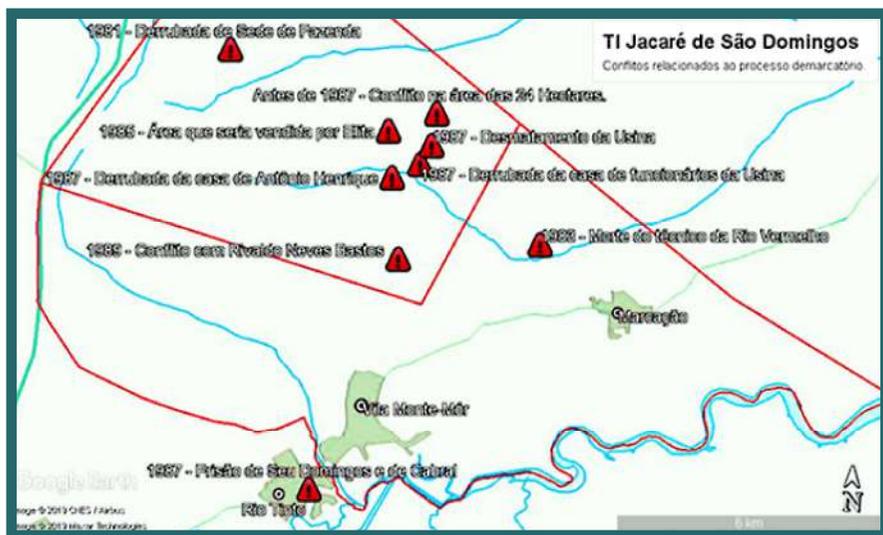
A venda das terras, o cerceamento do acesso aos recursos fundamentais e a intensa disputa familiar foram lidas por parte do grupo como uma séria ameaça à sua própria existência. As seguidas manifestações do espírito de Alfredo em transe da esposa de Seu Domingos dramatizaram a necessidade de lutar pela permanência na terra. Foi a partir de uma linguagem mítica e religiosa culturalmente consolidada que a crise se tornou inteligível e possibilitou traçar uma estratégia e um sentido para a ação que, inclusive, passou a contestar abertamente a legitimidade que até então tinha a liderança familiar exercida pelos descendentes diretos de Emiliano Pereira da Cruz em detrimento dos demais parentes ou afins.

Por mais que possam ser identificados nesse processo indivíduos que venderam suas posses de terras, ou que tenham negado momentaneamente sua condição indígena ou mesmo tenham se arrependido de ter vendido a terra, o que conta

AMPLIANDO A ESCALA

Foi exatamente essa disputa intrafamiliar que levou à mobilização pela demarcação da Terra Indígena. Os Pereira da Cruz, desde duas gerações anteriores, estavam já unidos por casamento com os Cândido Barbosa e os Virgínio, e foi da parte desses que se organizou a oposição mais tenaz contra a venda do lote, contestando o direito dos cabeças da família de vender a terra utilizada de modo comum pelo conjunto das unidades domésticas aparentadas entre si. Foi de parte dessas pessoas que se iniciou a reivindicação pela demarcação da terra indígena, desconstruindo no seu bojo a lógica de apropriação privada que havia sido produzida desde o século XIX. A manutenção do livre acesso dos parentes e afins às terras dos lotes familiares sempre atuou como um contrapeso ideológico e cultural com relação à lógica dos títulos de propriedade. Internamente a cada lote de terras herdado, reproduziam-se as famílias indígenas de acordo com usos e costumes radicalmente diversos, que previam não a fragmentação e individualização da terra, mas o seu livre acesso, organizado por uma economia moral que tinha no parentesco, reciprocidade e senioridade os seus atributos principais. A vida dentro dos lotes ao longo de todo o século XX comportou, então, essa tensão entre duas lógicas opostas, até que em 1985 essa situação se rompeu completamente.

Por mais que possam ser identificados nesse processo indivíduos que venderam suas posses de terras, ou que tenham negado momentaneamente sua condição indígena ou mesmo tenham se arrependido de ter vendido a terra, o que conta



Conflitos envolvendo o processo demarcatório das TIs Potiguara e Jacaré de São Domingos. Cartograma elaborado por Estêvão Palitot, 2019.

aqui são aquelas pessoas e grupos familiares que se opuseram à venda e desencadearam uma mobilização para reverter os efeitos desses atos de transmissão, reinstituindo tanto a lógica de vida comunitária quanto a aplicação da legislação indigenista sobre a área em questão, em defesa dessa mesma vida comunitária. A mobilização alcançou então outras famílias detentoras de títulos de terra no rio Jacaré, em especial os descendentes de João de Brito e Delfino Dias (sobre isso ver também o relato de Vieira, 2010, p. 84-85).

O deslocamento do conflito desde um nível microscópico para outro mais amplo foi resultado de mediações tecidas com atores sociais e organizações institucionais como a Funai, o judiciário, a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário, além dos

indígenas da Baía da Traição que passaram a dar apoio às famílias de Jacaré de São Domingos. No mesmo sentido, o rol de opositores se ampliou e passou a envolver os demais ocupantes não-indígenas da área, em especial a Usina Miriri, que havia se estabelecido nas terras que eram antes controladas pela Companhia Rio Tinto. Tudo isso num curto intervalo de tempo.

O conflito em Jacaré potencializou as insatisfações com a redução da demarcação da TI Potiguara e articulou-se com outras situações de luta pela terra a partir da mediação de órgãos da Igreja Católica, que prestavam assessoria às famílias camponesas (Silva, 1993). A mobilização precedente pela demarcação da TI Potiguara indicou o tipo de caminho reivindicatório a ser seguido. A crise tomou proporções e

intensidade ainda maiores nos anos subsequentes de 1986 a 1989. Os conflitos se acirraram e passaram a acontecer enfrentamentos diretos entre os indígenas e os ocupantes, seguidamente denunciados na forma de cartas abertas às autoridades e à imprensa. Inquéritos policiais e judiciais, prisões de indígenas e ocupações da sede da Funai marcaram todo o período.

Em contraponto à unidade de mobilização desenhada pela aliança entre a maioria das famílias de Jacaré de São Domingos, outros grupos domésticos locais se colocaram contrários à demarcação, ora desacreditando a luta, ora agindo abertamente contra a mobilização dos próprios parentes (Fialho 1988; Vieira, 2010).

A sucessão de eventos se acelerou nesse período e os processos em

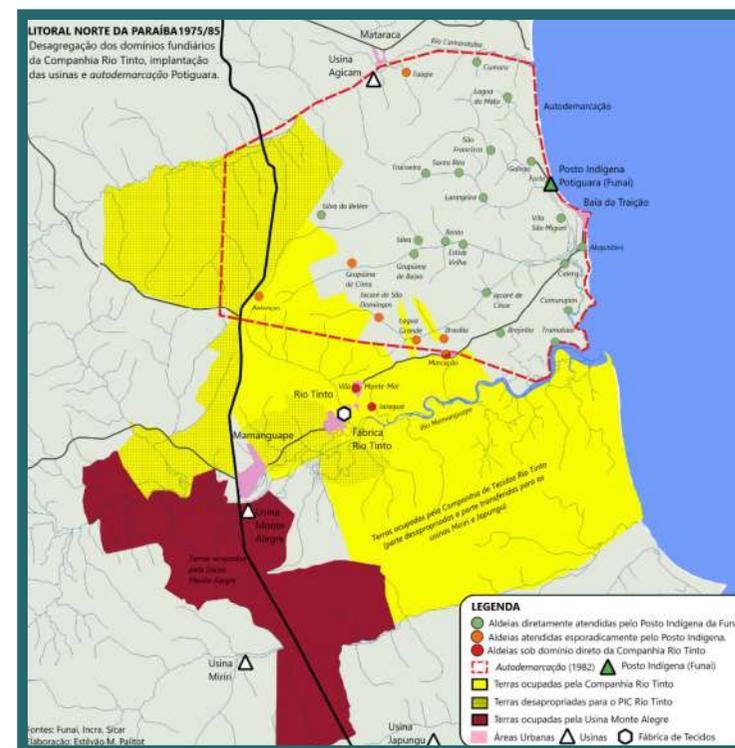
diferentes escalas foram disparados. Entre abril e maio de 1986, ocorreram ações diretas dos indígenas empataando o desmatamento realizado por tratores da Usina Miriri. Por causa disso, Seu Domingos acabou por ser intimado na delegacia de Rio Tinto (Azevedo, 1986). Ainda no mês de maio, ocorreu uma viagem de lideranças Potiguara à Brasília, incluindo seu Domingos e seu Vicente (da aldeia Jaraguá) para reivindicar a demarcação da Sesmaria de Monte-Mór (Azevedo, 1986). No mês de setembro, uma equipe da Polícia Federal se dirigiu à aldeia, após uma denúncia contra a Usina Miriri e constatou "(...) invasão nas terras

da aldeia, destruição das lavouras de subsistência e fruteiras, além da derrubada de benfeitorias feitas pelos índios" (ACE 60200/87. Arquivo Nacional – Fundo Serviço Nacional de Informações).

No mês de abril de 1987 houve conflito com representantes da Usina Miriri na área conhecida como "24 hectares". Em 20 de maio, numa carta à FUNAI, a comunidade denunciou a Usina Miriri e a polícia militar, que estaria fazendo a proteção dos tratores que desmatavam a área. No mês de outubro, nova denúncia, de que um trator teria destruído e soterrado a casa de Antônio Henrique nas imediações do

cemitério da aldeia. Nesse mesmo período havia uma outra casa, vizinha à igreja, que estava sendo ocupada por funcionários da Miriri. Alegando que seriam pistoleiros, os índios os expulsaram e derrubaram a casa (Fialho, 1988). Isso resultou na prisão do cacique Domingos:

Como repressão maior nesse ano foi a prisão do cacique Domingos Barbosa que aconteceu no dia 13/11/87 às 4 horas da manhã na sua casa quando se encontrava dormindo, foi levado p'ra cadeia de Rio Tinto onde passou 48 horas preso, por ordem da juíza Maria de Fátima Bezerra Cavalcanti Maranhão. Quando



Cartograma do Litoral Norte da Paraíba 1975/1985. Desgregação dos domínios fundiários da Companhia Rio Tinto, implantação das usinas de álcool e açúcar e autodemarcação dos Potiguara. Elaboração de

Fonte — Dados da pesquisa (2021). Elaboração — Estêvão Palitot a partir de dados da Funai, Incri, Cadastro Ambiental Rural e dados de campo.

foi liberado da cadeia recebeu prisão domiciliar a pedido da FUNAI. Nesse período conseguimos que a FUNAI realizasse o levantamento da nossa área (Manifesto... 1991, p. 374-5).

O ano seguinte – 1988 – foi marcado por uma mobilização ainda mais intensa dos Potiguara. No início de março registraram-se novos conflitos com a Usina Miriri, (carta aberta de 04/03/1988). Após a Funai ter conseguido o relaxamento da prisão do Cacique, foi concedida reintegração de posse à Elita Pereira da Cruz, após tramitação da ação de usucapião (Manifesto... 1991, p. 374-5).

TENTATIVA DE REPARAÇÃO – AS OCUPAÇÕES DA FUNAI

Esses fatos levaram a uma ação drástica, a ocupação da sede da Funai em João Pessoa. Essa ocupação foi realizada pelos homens da aldeia e durou três dias, de 25 a 28 de abril, quando o Grupo de Trabalho (GT) criado pela Funai no ano anterior chegou à Paraíba para realizar a identificação da área. Até o dia 07/05/1988, o GT esteve em campo realizando os trabalhos de identificação, coordenados pela antropóloga Vânia Fialho. O GT identificou uma área de 4500 hectares e fez o recenseamento de 59 famílias em Jacaré. A demarcação abrangia a principal área de conflito e as cabeceiras dos rios até as proximidades da BR-101, acompanhando a proposta da autodemarcação de 1982¹⁶. A terra identi-

ficada foi explicitada como parte da Sesmaria de Monte-Mór, ainda que deixasse de fora a igreja do antigo aldeamento (reivindicada pelos índios) e as aldeias Lagoa Grande e Brasília¹⁷. Desentendimentos entre os indígenas e medo de retaliações motivaram os representantes dessas aldeias a não querer ser incluídos na área reivindicada pelo grupo de Jacaré de São Domingos (Fialho, 1988).

No mês de junho ocorreu uma nova ocupação da sede da Funai (de 06 a 17/06), que só terminou com a vinda de um procurador do órgão, diretamente de Brasília, o qual se comprometeu a enviar o GT novamente a campo para concluir o levantamento fundiário (Manifesto...1991, p. 374-5). Este GT identificou 8 ocupantes não indígenas com domínio de 21 registros imobiliários na área. Desses, 17 títulos haviam sido registrados depois da demarcação da Terra Indígena Potiguara em 1983, o que evidencia a corrida fundiária sobre as terras excluídas da demarcação naquele ano (Rodrigues, 1992 apud Moonen; Maia, 2008).

Nos primeiros dias de outubro de 1988 ocorreu um novo conflito: as lideranças da aldeia foram ameaçadas pelo proprietário e pelo administrador da fazenda Bonanza, situada nas imediações da aldeia. O acontecimento foi denunciado, sendo formalizadas queixas na Funai e Polícia Federal, além de notícias nos jornais da capital. A partir do dia 11 de outubro, iniciaram a terceira ocupação da Funai daquele ano. Foi a maior e mais duradoura mobilização

Funai (Thereza Baumann, Cícero Cavalcanti e Aldo Menezes de Andrade) que visitaram a região no ano de 1984, após a demarcação do exército que reduziu os limites da Terra Indígena Potiguara (Palitot; Yogi, 2022).

realizada até então, com ampla cobertura da imprensa e manifestações de solidariedade de diversas organizações da sociedade civil. A ocupação se estendeu até fevereiro de 1989.

Então aí, a nossa paciência já tinha se esgotado! Foi que decidimos ir a sede da FUNAI e só voltar com a demarcação! Isso aconteceu no dia 11/10/88. Dessa vez, nós organizamos melhor o acampamento, fomos procurar apoio da população e achamos esse apoio dos sindicatos, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, CUT, PT, PV, CIMI (Conselho Missionário Indigenista), C.P.T. (Comissão Pastoral da Terra), Associação Santos Dias, SAMOPS (Associação do Movimento Popular e Sindical). Realizamos dois atos públicos onde em um deles recebemos apoio da Prefeitura de São Paulo - Erundina. Além dessas entidades grande apoio e ajuda das comunidades (Manifesto... 1991, p. 374-5).

COMMUNITAS E LIDERANÇA PEREGRINA

Durante os meses que se seguiram, os moradores de Jacaré organizaram três frentes de atuação imprescindíveis e que não podiam ser abandonadas: a permanência na aldeia, a ocupação na Funai e o deslocamento de suas lideranças a Brasília. As ocupações da Funai podem ser entendidas como a comunites, o momento que Turner (2008) descreve como o mais intenso e liminar dos dramas sociais, no qual a suspensão de algumas das principais regras ou condições cotidianas da existência se faz sentir de modo extremo. As famílias se viram numa

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Cartão da Paraíba* Class.: *Potiguara 130*
Data: *07/10/88* Pg: _____



Os índios voltaram na sede da Superintendência de Política Indígena para pedir proteção contra invasões.

Índios de Rio Tinto voltam a pedir garantia contra invasores

Mais cinco famílias indígenas vão à Funai, mas o problema permanece

Até agora nada ainda foi resolvido com relação à demarcação dos 4 mil e quinhentos hectares de terra reivindicada pelos índios da Aldeia Jacaré, São Domingos, no Município de Rio Tinto. Para pressionar a Funai a apressar o processo de demarcação, mais cinco famílias chegaram ontem à sede da Funai.

Santos. Esta é a terceira vez que os índios invadem a Funai pelo mesmo motivo e até este momento não receberam por parte das autoridades competentes uma solução para o caso.

TELEENVIADO

Fonte: *Cartão da Paraíba* Class.: *Potiguara 131*
Data: *14/10/88* Pg: _____



Domingos: cansado de promessas

Clemente: caso quase resolvido

Funai: índio só sai após demarcação



Um grande número de índios já estava no órgão nos últimos 40 dias para dar apoio.

Recortes de jornais da registrando a ocupação da Funai em João Pessoa pelos indígenas de Jacaré de São Domingos.

Fonte — Acervo Documental do Instituto Socioambiental, 1984.

16 Esse era o entendimento expresso em diferente relatórios produzidos por servidores da

17 Atualmente, aldeia Ybykuara.



Domingos Barbosa dos Santos (Domingos Henrique), cacique da aldeia Jacaré de São Domingos durante o período da demarcação (1985-2002)

Fonte — Foto de Fernando Barbosa, Abril/2000, Salvador, Bahia. Acervo Arandu/UFPB. Fundo Seampo.

situação inédita, divididas entre tantas atividades urgentes, se deslocando continuamente da aldeia para a Funai, abandonando suas casas e roças ameaçadas, dormindo no chão e comendo juntos, contando com o apoio de desconhecidos, tendo que lidar com linguagens burocráticas, legais e comunicacionais estranhas e sem saber se haveria alguma resolução para os problemas que enfrentavam. Um forte senso de comunidade costuma brotar de situações-limite como esta, marcando a experiência histórica do grupo. É esse o momento, segundo Turner (2008), em que as formas de organização social surgem ou se renovam, instituindo a mudança no mundo vivido.

Foi a partir desse momento que surgiu, efetivamente, a aldeia Jacaré de São Domingos, vista a partir de então como uma unidade sócio-política e não apenas como um lugar formado por grupos de parentes vizinhos, como era antes. Um novo sentido comunitário foi produzido através do processo reivindicatório e instituiu também uma nova liderança: o Cacique Domingos. Além disso, havia o caráter exemplar da mobilização prévia dos indígenas da aldeia São Francisco na Baía da Traição, durante a autodemarcação (Azevedo, 1986). Jacaré de São Domingos emergia como aldeia num mundo social já povoado por outras localidades do mesmo tipo, que lhe eram de algum modo solidárias.

Para o seu novo líder, o desafio era imenso. Era preciso lidar com

uma burocracia até então desconhecida, levando adiante o encargo de representar, além do grupo de parentes, toda a comunidade que se assumia como Jacaré de São Domingos. Também precisava se deslocar para lugares, no que contava com o apoio de alguns instrutores no mundo ritualizado da política, da burocracia e da justiça. Agentes pastorais da igreja, funcionários da Funai, advogados, jornalistas, sindicalistas – cada uma dessas figuras funcionava como um mediador para relações e conhecimentos novos. Os deslocamentos e os diálogos com as autoridades contribuíram para a consolidação de Domingos como cacique.

Domingos Henrique (...) tornou-se o “cabeça” da aldeia, sendo, desta forma, o responsável pelo seu “levantamento”. A partir das viagens à Brasília-DF e ao Recife-PE, ele tornou-se conhecido na Funai, e recebeu (...) a “patente” de cacique para “dominar” os caboclos de Jacaré de São Domingos (Vieira, 2010, p. 156).

Tratava-se pois, de uma autêntica liderança peregrina (Arruti, 2004), cuja autoridade aumentava em legitimidade a cada nova, mais longa e mais difícil jornada aos centros de poder constituídos. Esse tipo de autoridade se forma nas viagens, através das quais passa a exercer um papel de representação e de produção do próprio grupo, atuando como seu porta-voz.

(...) a participação nas viagens implica todo um imaginário acerca dos poderes, dos perigos (emboscadas, fome, acidentes) e dos encantos de um deslocamento que leva da periferia ao centro, do anonimato

ao poder, da carestia à abundância. (...) Viaja-se para aprender, para acumular, para mediar, para denunciar ou para esclarecer calúnias. (...) Esse imaginário transforma a viagem tanto em fonte de prestígio, quanto em fonte de desconfianças, mas que, de qualquer forma parecem apenas reforçar sua inevitabilidade (Arruti, 2004, p. 250-252).

Como afirma João Pacheco de Oliveira (2016, p. 216), “(...) peregrinações podem ser importantes meios para a construção de uma unidade sociocultural”. Para os povos indígenas, as viagens às capitais estaduais e federal configuram “verdadeiras romarias políticas”, pois contribuem para instituir mecanismos de representação, constituir alianças externas, elaborar e divulgar projetos de futuro, cristalizando internamente os interesses dispersos e fazendo nascer ou reconfigurar unidades políticas (Oliveira, 2016).

As viagens de representantes indígenas aos centros de poder coloniais ou nacionais, em busca dos mais variados objetivos, são bastantes vistas inclusive como uma tradição, ou seja, um conjunto de experiências culturalmente organizadas e transmissíveis.



Cenas do filme A luta dos índios Potiguar – A resistência da aldeia Jacaré de São Domingos

Fonte — CEDOP, 1989. Acervo Arandu – UFPB – Fundo Seampo. Nota: As imagens mostram a terceira ocupação da Funai em 1988; o cacique Domingos na terra indígena denunciando o desmatamento provocado pelos não-indígenas; o protesto dos Potiguar em João Pessoa, o cacique Domingos cantando toré e entregando uma carta com reivindicações para Luísa Erundina, então prefeita eleita de São Paulo e que na ocasião recebia homenagem na Assembleia Legislativa da Paraíba.



A DEMARCAÇÃO

É justamente no momento das ocupações da Funai, das viagens do cacique Domingos e do estudo de identificação da Terra Indígena que podemos localizar a terceira fase do drama social, a tentativa de reparação. De modo a solucionar a intensa crise vivenciada pelo grupo e que é denunciada publicamente, os diversos atores sociais envolvidos encaminharam uma proposta de resolução, que foi a própria demarcação da Terra Indígena. Porém, cada ator tinha uma ideia diferente do que viria a ser essa demarcação. Para os indígenas e seus apoiadores, era óbvio que deveriam seguir o caminho de reivindicação da demarcação da TI Potiguara, utilizando os mesmos recursos e apoios. Assim, passaram a reivindicar a demarcação da Sesmaria de Monte-Mór, incluindo todas as aldeias excluídas da demarcação de 1983. A Funai respondeu com a proposta de criação de uma Colônia Indígena: figura jurídica que manteria inalterado o status quo da presença dos não-indígenas dentro da Terra. Além disso, para a área ser efetivamente demarcada era preciso que fosse aprovada no Grupão, um Grupo de Trabalho Interministerial responsável por avaliar e aprovar todos os estudos de identificação feitos pela Funai. A mesma instância que, em 1982, reduziu a demarcação da TI Potiguara optando pela proposta de menor tamanho (Azevedo, 1986).

Uma reunião do Grupão só ocorreria em Brasília no início do ano de 1989, e para lá se dirigiram quatro representantes de Jacaré de São Domingos, liderados pelo cacique Domingos, com passagens pagas pelo Governo do Estado da Paraíba. Enquanto isso, seguia a ocupação da

Funai em João Pessoa e a tensão na aldeia.

BRASÍLIA - Os quatro índios potiguara da aldeia Jacaré de São Domingos, Município do Rio Tinto (PB), saíram ontem da Funai satisfeitos: após quase um mês em Brasília, conseguiram do procurador-geral da instituição, a promessa de impedir que os usineiros devastem o seu território. “Vou determinar à administração regional da Funai em João Pessoa que entre com uma ação judicial contra os usineiros”, disse Ovídio Martins de Araújo ao cacique Domingos e outros três índios, que contraíram catapora na viagem da Paraíba a Brasília. Correio Popular, 11/02/1989 - Campinas – SP (Arquivo Instituto Socioambiental).

Nesta viagem, além desse contato com o Procurador Geral da Funai, puderam acompanhar a reunião do Grupão que aprovou os estudos de identificação da Terra Indígena e determinou a interdição da área, como um meio de sustar os conflitos então existentes. Poucos dias depois, foi publicada a portaria de interdição da Colônia Indígena Jacaré de São Domingos (DOU, 21/02/89).

Com essa etapa do processo administrativo vencida e a promessa de uma ação judicial, a ocupação da Funai em João Pessoa foi suspensa. Porém, o processo não se encerrou neste momento, arrastando-se ainda longos anos, com vários episódios de conflitos, até que cada etapa regimental da demarcação fosse concluída e a Terra Indígena homologada no ano de 1993. Os ocupantes não-indígenas da área recorreram em diversas arenas administrativas e judiciais. No ano de 1990 a Funai ajuizou processo para anulação

dos títulos dominiais incidentes na terra interditada (Ação Ordinária nº 0000366-53.1990.4.05.8200, ao qual se vincularam as diversas apelações e recursos movidos pelos não-indígenas.

Ainda que não se tenha chegado à etapa final desse processo judicial, a questão da Terra Indígena Jacaré de São Domingos já foi objeto, inclusive, de decisões no Supremo Tribunal Federal, durante a tramitação de ações conexas à atual Ação Ordinária.

considerações finais

RESOLUÇÃO OU CISMA

Em termos de Drama Social, podemos argumentar que este atingiu a sua quarta fase, a resolução ou cisma. No caso, um pouco de ambos. A demarcação da Terra Indígena foi concluída administrativamente, porém, ficou reduzida à área diretamente utilizada pelas famílias de Jacaré de São Domingos, acrescidas das terras suficientes para alcançar os limites históricos da Sesmaria de Monte-Mór em Mariapitanga (que já eram indicados como limites das terras demandadas na autodemarcação dos Potiguara em 1982). O grupo familiar dos Joca não aceitou participar da demarcação, bem como a área liderada por Zé Soares em Lagoa Grande e Brasília (Ybykuára)¹⁸. Mesmo a aldeia Grupiúna dos Cândidos, incluída na Terra Indígena demarcada, participa dela de modo subalterno, por não terem se envolvido na luta da terra, a expressão que denota a comunhão experienciada (Palitot; Yogi, 2019).

Assim, a partir de um cisma interno, encaminhou-se uma resolução acerca da área de terras ocupada por Jacaré de São Domingos e necessária à sua reprodução física e cultural e que também atendesse à demanda de correção da redução da TI Potiguara. Tal processo já caminhava a passos largos no período de 1988-1990. Acompanhada de intensos conflitos ao longo da década seguinte, a demarcação seguiu seu caminho e a homologação da área ocorreu em 03/10/1993 – dez anos após a demarcação da TI Potiguara. Tal feito atestou a efetividade do

modelo de mobilização implementado nos dois processos demarcatórios e teve desdobramentos importantes na reivindicação de demarcação do restante da sesmaria de Monte-Mór, que se intensificou na esteira do resultado de Jacaré de São Domingos (Palitot; Yogi, 2019).

Progressivamente, o modelo organizativo de cacique, aldeia e terra indígena foi se consolidando até atingir o estado atual de organização, inclusive, superando o processo sucessório com o falecimento do Cacique Domingos, que deixou indicado o seu neto Carlos, como sucessor. Após vinte anos, os não-indígenas foram retirados da área (após as decisões judiciais de 2007 e 2010) e os Potiguara controlam toda a Terra Indígena. Os plantios de cana permanecem, agora geridos por membros da comunidade, que se tornaram fornecedores de algumas usinas na região. Hoje é possível observar em Jacaré de São Domingos, e mesmo em Grupiúna dos Cândidos, uma situação de maior prosperidade, reconhecimento público e capacidade de ação política.

Além disso, as aldeias da TI Potiguara de Monte-Mór passaram a enfrentar o mesmo processo de mobilização pela demarcação, seguindo o exemplo de Jacaré de São Domingos. E isso implicou na recomposição de um território indígena, que havia sido mutilado ao longo de décadas. Atualmente, as três Terras Indígenas constituem-se num único território socialmente organizado, atravessado por uma densa rede de relações ecológicas, produtivas e sociais, com modalidades de representação política e cultural próprias que os fazem se perceber como pertencentes a um mesmo povo, apesar da grande variação nos modos de vida locais

¹⁸ Posteriormente, esses núcleos familiares foram incluídos na demarcação da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór, sem demonstrarem nenhuma contrariedade.

entre aldeias agrícolas, pesqueiras e até mesmo urbanas.

O cacique Domingos Henrique faleceu no dia 07 de fevereiro de 2003, aos 79 anos, tendo desempenhado as funções de líder da comunidade de Jacaré de São Domingos por quase duas décadas. Nesse período, vivenciou todos os dramas e os conflitos que envolveram os desentendimentos familiares e a demarcação das terras da aldeia. Embora o próprio Domingos não fosse indígena, ele, seus irmãos e pais haviam nascido e se criado em Jacaré. Possuíam laços de parentesco por afinidade e consaguinidade com a família dos Pereira da Cruz, o que incluía a esposa, filhos e netos de Domingos, todos integrantes dessa família (vide o Diagrama de parentesco na Figura 3). Por conta disso, a sua liderança tornou-se viável, mesmo sendo um parente afim, e não consanguíneo. O fato de ser o cabeça de seu grupo doméstico também lhe atribuía um papel consultivo e ativo durante os anos anteriores em que a liderança local esteve sob responsabilidade de sua prima e comadre Elita Pereira da Cruz. A tudo isso se somou ainda a legitimidade que o mandato espiritual outorgado pelo espírito de seu sogro Alfredo lhe conferiu, o que afastou as últimas possibilidades de contestação familiar.

Sobre ele, depositou-se a confiança não só de parte significativa dos integrantes das famílias Pereira da Cruz, Cândido Barbosa e Virgíneo, como também a da maioria dos descendentes de João de Brito e Delfino Dias de Nazaré, herdeiros das pertencências conhecidas como Jacaré de Baixo, e que colaboraram com o esforço coletivo da luta da terra e a reivindicação pela demarcação.

Se ampliarmos um pouco a escala de nosso olhar, vamos perceber que o modelo de liderança que Domingos deveria desempenhar já não era mais inédito. A experiência vizinha e imediata dos caciques Severino Fernandes e Batista Faustino, da aldeia São Francisco, que haviam liderado a autodemarcação das terras da Baía da Traição poucos anos antes, apontava um caminho a se seguir. Este implicava alianças com mediadores extra locais, principalmente ligados à Arquidiocese da Paraíba e suas pastorais sociais, e por extensão diferentes organizações sindicais, partidos de esquerda e a imprensa. Esse modelo também apontava para uma nova relação com o estado e seus aparelhos, o que incluía o judiciário e diferentes níveis do executivo e legislativo estaduais e federal. Em especial no que toca à relação com a Funai, esta se tornou alvo de uma cobrança reivindicativa incisiva e constante – o que em tudo diferia da experiência anterior de contatos esporádicos com o órgão.

O auge dos conflitos em Jacaré também ocorreu no processo mesmo de redemocratização do Brasil nos anos 1980, quando convergiam intensos conflitos fundiários, o surgimento do movimento indígena e a própria assembleia nacional constituinte.

A trajetória de liderança de Seu Domingos fez-se dentro do contexto das mudanças do paradigma da tutela estatal para o protagonismo indígena, acompanhando as transformações que ocorriam no Brasil naquele momento. As mobilizações pela demarcação das terras indígenas dos Potiguara são um exemplo eloquente dessas mudanças e do papel que as organizações locais

indígenas possuem ao confrontar os paradigmas de invisibilização, controle e paralisia que o estado e as elites locais buscam implementar. Na época da luta da terra em Jacaré não se falava muito em retomadas (Alarcon, 2013; Oliveira, 2022), embora elas já acontecessem e possamos pensar que a própria demarcação dos mais de 5 mil hectares da aldeia foram, sim, uma grande retomada.

referências bibliográficas

ALARCON, Daniela F. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. *RURIS - Centro De Estudos Rurais*, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1648>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berne de. *A Ideologia da Decadência: Leitura Antropológica a uma História da Agricultura do Maranhão*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMORIM, Paulo Marcos de. *Índios camponeses: os Potiguara de Bahia da Traição*. 1970. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1970.

ANDRADE, Ugo M. *Memória e Diferença: Os Tumbalalá e as redes de trocas no submédio São Francisco*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2008.

ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

- AZEVEDO, Ana Lúcia Lobato de. 'A terra como nossa': uma análise de processos políticos na construção da terra potiguara. Rio de Janeiro, 1986. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.
- BARBOSA, Wallace de Deus. Pedra do Encanto: dilemas culturais e disputas políticas entre os Kambiwá e os Pipipá. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Laced, 2003.
- BAUMANN, Terezinha de Barcelos. Relatório Potiguara. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio, 1981.
- BRAGA, Emanuel de Oliveira. Histórias indígenas e mitos restaurados: os Potiguara entre santos, festas e ruínas. 2019. Tese. (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- CARELLI, Vincent. Repressão acaba reduzindo autodemarcação Potiguara. Povos Indígenas no Brasil, n. 14, p. 139-144, 1984.
- FERREIRA, Andrey C. Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado Brasileiro. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
- FIALHO, Vânia. Relatório de identificação da Área Indígena Jacaré de São Domingos. Recife: FUNAI, 1988.
- FIALHO, Vânia. As fronteiras do ser Xukuru. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 1998.
- GENNEP, Arnold Van. Os ritos de passagem. 2. ed. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GRÜNEWALD, Rodrigo. Etnogênese e "regime de índio" na Serra do Umã. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A Viagem de Volta – Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: Indígenas. Primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz. Etnohistória dos Índios Potiguara: Ensaio, Relatórios e Documentos. João Pessoa: PR/PB-SEC/PB, 1992.
- MENDONÇA, Aldo Silva de. Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB: o caso de Itapeçica. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- MOREIRA, Emília de Rodat (Org.). Por um pedaço de chão. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997, vol. 1.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. O "Nosso Governo": os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. "Uma Etnologia Dos 'Índios Misturados'? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais". In: O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 193-228.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. A luta pelo território como chave analítica para a reorganização da cultura. In: A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. 1ª ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2022, p. 11-36.
- PALITOT, Estêvão Martins. Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.
- PALITOT, Estêvão Martins. A multidão potiguara: poder tutelar e conflito na Baía da Traição ao longo do século XX. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo; VALLE, Carlos Guilherme do (Orgs.) Dossiê Povos e Comunidades Tradicionais. Campina Grande: UFCG, 2011, p. 25-44.
- PALITOT, Estêvão Martins. Os Potiguara de Monte-Mór e a cidade de Rio Tinto: a mobilização indígena como reescrita da história. Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, [S.l.], 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/230057>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- PALITOT, Estêvão Martins. Marcos, rumos, posses e braças quadradas: refazendo os caminhos da demarcação da Sesmaria dos Índios de Monte-Mór – Província da Parahyba do Norte (1866-67). Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História, v. 19, n. 34, p.139-169, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v19i34.997>
- PALITOT, Estêvão Martins; YOGI, Euriko dos Santos. Perícia Antropológica e Agrônômica Terra Indígena Jacaré de São Domingos. Ação Ordinária nº 0000366-53.1990.4.05.8200 – Funai x Emílio Celso Acioli de Moraes e Outros. 2ª Vara da Justiça Federal na Paraíba. João Pessoa. Digitado. 2019.
- PALITOT, Estêvão Martins. Dormindo com o inimigo ou prosperando nas ruínas? Dilemas da plantation canavieira entre os Potiguara da Paraíba. In: RAUBER, Marcelo Artur et al. (Org.). Agro-negócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 365-423.
- PERES, Sidnei Clemente. Arrendamento e terras indígenas: análise de alguns modelos de ação indigenista no Nordeste (1910-1960). 1992 Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Notas sobre a formação histórica, etnicidade e constituição territorial do povo Kapinawá. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T. de; FRY, P. (Orgs.) Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1995, p. x-y.
- SILVA, Maria da Salette Horacio da. Resistência indígena potiguara: o caso de Jacaré de São Domingos. 1993. Dissertação (Mestrado em serviço social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1993.
- SOUZA, Isabelisa Cordeiro Ferreira de. A aldeia Katókin: uma etnografia sobre a cosmologia e o ritual na tradição caroá. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia). Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2016.
- TASSINARI, Antonella M. I. No Bom da Festa: O Processo de Construção Cultural das Famílias Kari-puna do Amapá. São Paulo: EDUSP, 2003.
- TSING, Anna L. Sobre a não escalabilidade: o mundo vivo não é submisso a escalas de precisão aninhada. In: TSING, Anna L. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019, p. 175-202.
- TURNER, Victor. Dramas, Campos e Metáforas: Ação Simbólica na Sociedade Humana. Niterói: EdUFF, 2008 [1974].
- VIEIRA, José Glebson. Amigos e competidores: política faccional e feitiçaria nos Potiguara da Paraíba. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

sites, documentos e filmes

Manifesto dos índios das aldeias Jacaré de São Domingos e Belém. Aconteceu Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. 1991, p. 374-5.

Filme: A luta dos índios Potiguara – A resistência da aldeia Jacaré de São Domingos (CEDOP, 1989. Acervo Arandu – UFPB – Fundo Seampo).

Acervo Instituto Socioambiental. <https://acervo.socioambiental.org/>. Acesso em: 10 jun. 2019.